



ESCOLA DE
HUMANIDADES

CIVITAS

Revista de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Civitas 24: 1-13, jan.-dez. 2024
e-ISSN: 1984-7289 ISSN-L: 1519-6089

<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2024.1.44816>

DOSSIÊ: CAMINHOS DA CRÍTICA: IDENTIDADES, FEMINISMOS E PROJETOS EMANCIPATÓRIOS

Mulheres, novas direitas, WhatsApp e reinvenção da relação casa-rua

Women, new right-wings, WhatsApp and the reinvention of the home-street relationship

Mujeres, nuevas derechas, WhatsApp y la reinvención de la relación hogar-calle

Patrícia Pavesi¹

orcid.org/0000-0002-8435-7239
patricia.pavesi@ufes.br

Julio Valentim¹

orcid.org/0000-0002-4090-8158
juliovalentim2020@gmail.com

Recebido: 10 jun. 2023.

Aprovado: 31 out. 2023.

Publicado: 14 jun 2024.

Resumo: Neste artigo, procuramos compreender quais disposições e capacidades têm permitido a intensificação, na última década, do engajamento político de mulheres nas *novas direitas*. Nossa hipótese interpretativa é de que a ampliação do envolvimento de mulheres conservadoras com questões políticas se dá e é favorecida por uma complexa articulação entre *políticas da identidade*, economias de afeto e emoções, esfera pública-privada e tecnologias digitais de conexão. Propomos a discussão de cunho interpretativo e especulativo, inspirada por elementos empíricos produzidos em pesquisa etnográfica digital longitudinal por meio da qual temos rastreado *traços digitais* de mulheres conservadoras dos segmentos médios da Região Metropolitana da Grande Vitória (ES, Brasil). Adotamos uma abordagem relacional e construcionista, considerando elementos teórico-metodológicos da teoria ator-rede, dos estudos dos afetos e emoções, e da leitura da relação casa-rua proposta por Roberto DaMatta.

Palavras-chave: Mulheres. Novas direitas. Políticas de identidade. Política das emoções. Tecnologias digitais de conexão.

Abstract: In this article, we seek to understand which dispositions and capacities have allowed the intensification, in the last decade, of the political engagement of women in the new right-wings. Our interpretative hypothesis is that the expansion of the involvement of conservative women with political issues occurs and is favored by a complex articulation between *identity policies*, economies of affection and emotions, public-private sphere and digital technologies of connection. We propose an interpretative and speculative discussion, inspired by empirical elements produced in longitudinal digital ethnographic research through which we have tracked digital traits of conservative women from the middle segments of the Metropolitan Region of Greater Vitória (ES, Brazil). We adopted a relational and constructionist approach, considering theoretical-methodological elements of the actor-network theory, of the studies of affects and emotions, and the reading of the House-Street relationship proposed by Roberto DaMatta.

Keywords: Women. New right-wings. Identity policies. Politics of emotions. Connecting digital technologies.

Resumen: En este artículo buscamos comprender qué disposiciones y capacidades han permitido la intensificación, en la última década, del compromiso político de las mujeres en las nuevas derechas. Nuestra hipótesis interpretativa es que la expansión del involucramiento de las mujeres conservadoras con los temas políticos ocurre y es favorecida por una compleja articulación entre *políticas de identidad*, economías de afecto y emociones, esfera público-privada y tecnologías digitales de conexión. Proponemos una discusión interpretativa y especulativa, inspirada en elementos empíricos producidos en investigaciones etnográficas digitales longitudinales a través de las cuales rastreamos rasgos digitales de mujeres conservadoras de los segmentos medios de la Región Metropolitana de la Gran Vitória (ES, Brasil). Adoptamos un enfoque relacional y construcionista, considerando elementos teórico-metodológicos de la teoría del actor-red, de los estudios de los afectos y emociones, y de la lectura de la



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Vitória, ES, Brasil.

relación casa-calle propuesta por Roberto DaMatta.

Palabras clave: Mujeres. Nuevas derechas. Políticas de identidad. Política de las emociones. Conectando tecnologías digitales

Considerações iniciais

Neste artigo, adotamos a terminologia *novas direitas* (ND) para descrever os novos agrupamentos à Direita do espectro político, que emergem no Brasil, a partir das *jornadas de junho de 2013*. Elas se diferenciam das formas mais tradicionais de direita pela ênfase nas identidades, crítica à globalização/multiculturalismo/liberalismo progressista, nacionalismo e o uso intensivo das mídias sociais/Internet para a mobilização (Chaloub, Lima e Perlatto 2018; Caldeira Neto 2020).

No Espírito Santo (ES), as ND são complexas e multifacetadas. Usam marcadores discursivos para influenciar a ação política, explorando crenças, valores, ideologias e demandas sociais específicas. Rastreamos através de etnografia digital longitudinal as ND capixabas nas mídias sociais desde o movimento de Aquartelamento da PM/ES, e desde 2017 notamos, nos grupos públicos do WhatsApp das novas direitas do ES (Zapndes), a ampliação do envolvimento político de mulheres autodeclaradas conservadoras em diversas formas de manifestação política. Tal engajamento em redes *sociotécnicas* é marcado por imperativos afetivos e emocionais e reinventa o espaço público a partir do *prolongamento* dos espaços domésticos. Isso porque a relação *casa-rua* no Brasil tem um papel significativo nas construções sociais de gênero, poder e identidade política.

Nossa hipótese interpretativa, em linhas gerais, parte do entendimento de que a ampliação do engajamento político de mulheres conservadoras dos segmentos médios é favorecida pelas arquiteturas das plataformas digitais (PD), infraestruturas tecnológicas orientadas por lógicas algorítmicas, computação afetiva e técnicas de *microtargeting* que favorecem a formação de públicos (afetivos e íntimos). Nestas esferas de ação, as relações são baseadas em certas economias de afeto e emoção nas quais as mulheres

são particularmente fluentes. *Públicos afetivos* e íntimos oferecem as condições ideais para a implementação de estratégias de mobilização/engajamento pautadas em *políticas de identidade* (PII). O que ganha novos contornos no caso do Brasil, porque a participação ativa das tecnologias de conexão (TdC), especialmente dos algoritmos, nas relações sociais, permite a reinvenção da complexa relação *público-privado*, com o *englobamento* da *rua* pela *casa*, o que favorece em muitos aspectos, o envolvimento de mulheres com a política.

Embora a discussão que propomos neste artigo esteja circunscrita ao projeto mais amplo que desenvolvemos desde 2017, não é um relato etnográfico devido às restrições éticas. Ainda que em algumas pesquisas em locais de campo *online*, para identificar atividades da extrema-direita, muitos pesquisadores justifiquem metodologicamente a sua inserção anônima recorrendo a noções como as de participação "silenciosa", estratégias de "lurking" (Orgadi 2009) e/ou a utilização de ferramentas de "vigilância como método" (Topinka, Finalyson e Osborne-Carey 2021; Nascimento et al. 2022), dada a insipiência do debate e a ausência de orientações éticas mais específicas das associações de pesquisadores das Ciências Sociais no Brasil e, sobretudo, pela possibilidade de identificação de participantes através da combinação de informações coletadas em uma comunidade pequena, optamos por não apresentar relatos etnográficos e não vamos aprofundar a análise do engajamento das mulheres das novas direitas do ES (MNDES).

Com base em nossa experiência no campo, bem como observações informais e conversas com mulheres em situações sociais e espaços informais, propomos um modelo interpretativo para o envolvimento político das mulheres conservadoras de forma mais ampla. E, embora atualmente estejamos conduzindo a pesquisa por meio da etnografia computacional dos agenciamentos, adotamos no artigo uma abordagem especulativa, relacional e construcionista, considerando elementos teórico-metodológicos da teoria ator-rede (TAR), dos estudos dos afetos e

emoções (EAE), e a leitura da relação casa-rua proposta por Roberto DaMatta. Compreendemos que existem implicações teóricas na aproximação de abordagens bastante específicas como a TAR, estudos dos afetos e a antropologia relacional produzida a partir do Brasil. Entretanto, partimos da compreensão de que a Antropologia, historicamente, é constituída por um "elenco de paradigmas simultâneos não excludentes", em "equilíbrio poliparadigmático" (Oliveira 1995, 217), sendo um campo paradoxalmente artesanal e ambicioso (Peirano 1990), onde conceitos são testados em contexto de experiência diferentes e particulares, o que nos permite adotar uma postura reflexiva e aberta, considerando a pluralidade de perspectivas teóricas e metodológicas disponíveis.

Na primeira parte do artigo, discutimos as particularidades do engajamento político de mulheres nas/pelas PD, em seguida discutimos a relação entre uma certa *política das emoções* e as *políticas da identidade* e, por fim, discutimos a articulação entre engajamento de mulheres, emoções, identidade e a complexa relação *público-privado* no contexto brasileiro.

Engajamento político e internet

Desde os anos 1990, além das mudanças de foco dos movimentos sociais para as questões culturais, as tecnologias de informação e a internet se tornaram essenciais para a ação coletiva e engajamento político (Melucci 1996; Davis 1999). As PD surgiram como um modelo de negócios/governança onde a comunicação é o princípio organizador (Tufekci 2014; Pereira 2011; Woolley e Howard 2018). Modelo de organização social e política que foi paulatinamente capturado pelas direitas, em várias partes do mundo.

As *redes sociais*, tanto no sentido sociológico, quanto no formato tecnológico, desempenham um papel fundamental na formação e organização de grupos de indivíduos que compartilham interesses ou preocupações políticas, constituindo um modo de produção *social* no qual as TdC

participam como agentes ativos na organização e ordenação das práticas políticas, mais focadas em agências que em estruturas. São *redes sociotécnicas*, compostas por atores interligados por relações de interesse e poder. Nessas redes, atores humanos e objetos técnicos são co-constituídos (Latour 2007; Callon e Law 1997).

Entendemos que, a partir dos anos 2000, com a ascensão das Faang,² uma série de movimentações políticas e outros eventos nas democracias pós-industriais, se deram por meio de *redes sociotécnicas* complexas, que funcionam a partir de dois tipos de padrões organizacionais (Bennett e Segerberger 2013). No primeiro, a principal estratégia é o investimento em uma rede de engajamento público usando mídia digital interativa, temas de ação fáceis de personalizar e um arsenal de tecnologias sociais para intensificar mobilizações, com ações orquestradas nos bastidores por organizações estabelecidas, evitando a rotulação destas ações em termos de organizações/estruturas tradicionais de ação coletiva. O segundo padrão, "envolve plataformas e aplicativos tecnológicos assumindo o papel de organizações políticas estabelecidas" (Bennett e Segerberger 2013, 756). A ação é orquestrada a partir da distribuição de informação personalizada, feita por sujeitos fluentes na linguagem das mídias sociais, já familiarizados com a lógica de organização da *ação conectiva*. As "lógicas coletiva e *conectiva* são lógicas de ação distintas (tanto em termos de identidade quanto de processos de escolha) e devem ser analisadas em seus próprios termos" (Bennett e Segerberger 2013, 759). Se a lógica da ação coletiva se concretiza a partir de escolhas difíceis, exigindo o vínculo com grupos/ideologias, o ponto de partida da *ação conectiva* é o compartilhamento *espontâneo/criativo* de ideias/planos/sonhos/imagens. Se torna possível porque as arquiteturas das PD e os próprios processos de comunicação, em si, permitem o engajamento "baseado em estruturas de ação pessoal organizadas em torno de tecnologias sociais" (Bennett e Segerberger 2013, 747),

² Faang: conjunto de empresas dominantes no setor de tecnologia composto por Facebook, Amazon, Apple, Netflix e Google que produziu, nas últimas décadas, mudanças políticas, econômicas e culturais em nível global.

como parte de um tipo de *governança* na qual as experiências são moduladas por algoritmos de inteligência artificial, projetados com base em lógicas comerciais. Esses algoritmos utilizam os dados do perfil/logs/preferências do usuário para fornecer recomendações personalizadas, que determinam sua exposição, valores e percepção da realidade³ (Valentim 2020). Algoritmos convertem entradas em resultados desejados, sendo a criação das entradas um processo político enraizado em lógicas de raça/classe/gênero. Os afetos e as emoções são centrais para o seu funcionamento.

Reconhecemos as lógicas de *controle* da *governança algorítmica*, mas pensamos o envolvimento de mulheres com política e algoritmos através da noção de *cosmotécnica*, considerando os algoritmos entidades não humanas em *relação simétrica* com humanos e analisando a tecnologia como cultura, com significados específicos e interpretações *localizadas* (Mol 2010).

Mulheres das novas direitas e a política da identidade

Em 1977, o Coletivo Combahee River, formado por feministas negras dos EUA, publicou um manifesto pioneiro sobre Identity Politics. Ele ressaltou a importância das identidades de gênero, raça e classe na luta pelos direitos das mulheres negras, criticando o feminismo e o marxismo tradicionais por negligenciarem essas questões. O termo Política da Identidade (PII) se popularizou e se refere a movimentos políticos que buscam igualdade e justiça considerando diversas identidades. Bernstein (1997) observa que o termo Política da Identidade aparece na literatura acadêmica em 1979, sendo utilizado em abordagens teóricas a partir de maneiras distintas de pensar sobre a relação entre experiência, cultura, identidade, política e poder. A PII, associada à esquerda progressista, busca igualdade e combate à opressão. Porém, houve apropriação dessa política por parte das ND,

reinterpretando-a para fins conservadores. Alguns estudiosos afirmam que o flerte das ND com a PII tem origem na *nouvelle droite* francesa, movimento que surgiu em oposição aos protestos estudantis multiculturalistas de 1968, considerado precursor dos movimentos "contra-contracultura" do século 21.

O termo identitarismo é usado de forma ambígua em círculos acadêmicos e políticos, sem o sentido emancipatório da Identity Politics. Traverso (2019) descreve como identitarismo de direita a ideologia excludente adotada pela direita europeia em relação a refugiados/imigrantes. Já para Risério (2019), o identitarismo é uma ideologia que simplifica/estereotipa as diferenças culturais e sociais, negligenciando as complexidades e contradições dos grupos sociais.

As ND usam a PII como uma estrutura cognitiva/totêmica/política para organizar a realidade através de oposições binárias, enfatizando identidade nacional/tradição/família, retratando grupos privilegiados como vítimas, gerando ressentimento contra movimentos progressistas. As próprias PD impulsionam a PII com a personalização de informações por meio do microdirecionamento, reificando marcadores sociais.

Historicamente, o envolvimento feminino na direita é associado ao "voluntarismo", sua contribuição sendo limitada a questões familiares, religiosas e de costumes. No entanto, é fundamental evitar estereótipos, pois no ambiente moral/político pós-2013 o engajamento feminino conta com TdC sofisticadas, dando-se a partir de diversas crenças/valores/comportamentos. Pode ser conservador em questões políticas/sociais/religiosas, mas também adota posturas progressistas e se envolve ativamente na política e no mercado (Kalil 2018; Gohn 2022).

Os cortes nas políticas sociais, agravados pela pandemia de Covid-19, reforçam o papel da família como principal cuidadora (Alonso 2017), o que é endossado pelas PII e pela centralidade das emoções nas experiências pessoais e

³ Valentim, Julio. 2020. *Governança algorítmica e ativismo de dados: política, afeto e produção do comum*. Evento Ativismo e capitalismo algorítmico, organizado pela Pós-Graduação em Ciências Sociais da Ufes. YouTube, 13 out. 2020. Acessado em 7 dez. 2023. <https://www.youtube.com/watch?v=Mk4qRLt82l&t=2s>.

coletivas. Certos discursos afirmativos também são impulsionados por um feminismo neoliberal que combina interesses econômicos e políticos, conjugando princípios liberais e conservadores, como a redução do papel do estado na economia, a defesa dos direitos individuais e o apoio ao empreendedorismo em nome da família e da propriedade. O estereótipo da dona de casa é conciliado com o da empreendedora patriota, autônoma, com porte de armas (Persson 2021).

Dietze e Roth (2020) indicam que o populismo de direita não se preocupa com o gênero como uma questão em si, mas como uma metalinguagem que serve para articular diferentes condições de desigualdade e poder em partidos/ organizações/mídia. Através dela, influenciadoras promovem um antifeminismo empoderado, que é replicado por mulheres nas PD, seguindo padrões de desumanização fascista (Biroli 2021; Carone 2018; Nagle 2021). O complexo populista de direita inclui também fundamentalismo religioso e etnonacionalismo em resposta ao sentimento de insegurança social, associado às conquistas de movimentos emancipatórios, especialmente no Brasil e no ES, onde as relações são moduladas pelo patriarcado colonial (Lugones 2008). As questões de gênero são particularmente úteis ao plano de mobilização das ND no Brasil, porque além de explorar crenças profundas em torno do que é ser um "cidadão de bem" atingido pelo discurso politicamente correto, junta adversários na mesma causa, como católicos/pentecostais, empresariado/uberizados,⁴ defensores da paz/cidadãos armados.

Na apropriação da PId, as MNDES alegam que as lutas feministas, que não são por inserção no mercado de trabalho e no empreendedorismo, ameaçam a estrutura familiar, por isso buscam estabelecer conexões emocionais validando experiências pessoais e criando um senso de pertencimento através do apelo a medos/ansiedades. Defendem estruturas sociais e familiares conservadoras, hierarquia/moralidade/ordem/tradições. Padrões pouco explorados nos estudos

sobre mulheres e política no ES. Boa parte das análises sobre o envolvimento político feminino, ação coletiva e participação política no ES partem da abordagem dos quadros de ação coletiva de grupos organizados (Dau, Palassi e Silva 2019; Oliveira 2017; Losekann 2019, 2018; Lavalle e Carlos 2022), suas dinâmicas internas e relações com o estado. Classificam as ND como um conjunto de ideias políticas que não se enquadram na definição de movimentos sociais (Bernstein 1997) e consideram seus possíveis cruzamentos com as ND como questões secundárias. Entretanto, desde 2017, observamos um fortalecimento do posicionamento político conservador entre as ND, seguido da ampliação do engajamento de mulheres de classe média (Pavesi e Dadalto 2019) e procuramos entender por que segmentos fragmentados/individualizados, historicamente avessos ao envolvimento político, passaram a compartilhar identidades coletivas e a construir redes de protesto, utilizando TdC como facilitadoras para a sua manifestação política.

Rastreando o Zapndes, identificamos com base na autoidentificação das próprias MNDES, três categorias de mulheres das classes médias que atuaram de forma contínua entre 2017-2023: gabinete lilás (parlamentares e lideranças partidárias); tias do zap (donas de casa na faixa etária 50-70 anos); e empreendedoras na política (profissionais liberais, acadêmicas e empresárias). A categorização é apenas um recurso analítico, já que as práticas dessas mulheres são complexas, multifacetadas e contextuais, sendo menos uma característica comportamental e mais uma disposição para organizar/interpretar/planejar ações. Essas posições implicam diferentes capacidades/intensidades de ação, porque entre as mulheres de classe média a participação política é construída em conjunto com outras estratégias (consumo/educação superior/empreendedorismo) para alcançar mudanças de *status* social (Velho 1994), incluindo a conversão de capital pessoal/familiar (maternidade/sobrenome) em capital simbólico para ganhos financeiros e políticos

⁴ O termo uberizado, em círculos acadêmicos, normalmente designa trabalhadores cujas atividades são temporárias, precárias e articuladas a partir de lógicas algorítmicas por plataformas digitais.

(Fonseca 1995).

Política das emoções em rede

No Zapndes, as mulheres desenvolvem uma articulação sofisticada entre afetos/emoções e tradição a partir da lógica da *ação conectiva*, em processos de escolha fortemente marcados por componentes emocionais. A lógica da *ação conectiva* se aproxima da noção de *lógica conectiva* de Franco Berardi (2017), que a diferencia da *lógica conjuntiva*. A *lógica conectiva* para Berardi (2017, 127) é resultado de um tipo de mutação antropológica que impacta nossa sensibilidade em uma época na qual "a produção de qualquer tipo de bem, pode ser compreendida como uma combinação e recombinação de informações, algoritmos e diferenças digitais". A *conectividade* se dá em ligações menos intensas e duradouras, do que na *lógica conjuntiva*, que tendem à dispersão e à superficialidade, sendo baseadas apenas na conformidade e adaptação a uma estrutura sintática. A distinção entre *lógica conjuntiva* e *conectiva* é feita com base na diferenciação entre afeto e emoção que vem da influência de Deleuze e Guattari (1995) e Espinosa (1983). Berardi (2017) como Massumi (1995), Gregg e Seigworth (2010), defende a *autonomia dos afetos* e sua distinção de emoção e sentimento, como a capacidade de um corpo ser influenciado por relações de força em um campo. Para ele, embora as emoções desempenhem um papel importante na lógica *conectiva*, não produzem os efeitos disruptivos e desestabilizadores que só os afetos são capazes de produzir.

Diferentemente de Berardi (2017), Boler e Davis (2018, 2020) tecem críticas à noção de *autonomia dos afetos* proposta por Massumi, sugerindo como alternativa os estudos feministas que enfatizam a sua relacionalidade dinâmica (Ahmed 2004; Hochschild 1979; Berlant 2008). E, de forma geral, tanto os *Estudos dos Afetos e Emoções* inspirados no trabalho de Deleuze e Guattari, quanto na abordagem dos *estudos feministas* vêm sendo utilizados para a análise das formas de engajamento político via TdC. Algumas delas, encontram seu fundamento na noção de afeto

de Deleuze e Guattari. Já Boler e Davis (2018), propõem a análise de engajamento político com coparticipação das tecnologias de comunicação a partir de outra compreensão de afeto/emoção ligada aos estudos feministas, por meio de uma abordagem *microfísica das emoções*. Na distinção entre afeto-emoção de Massumi (1995), a emoção é *pessoal*, constrangedora, dissociada de potencial *libertário*. Boler e Davis (2018, 82) afastam-se dessa ideia ao considerar o afeto como "emoções coletiva/intersubjetivamente manifestadas/experimentadas/mobilizadas, fora do domínio *privado* em espaços compartilhados, até mesmo públicos". Desenvolvem um modelo interpretativo baseado na abordagem relacional das emoções, procurando entender como afeto/emoção moldam/são moldados por paisagens políticas mediadas pelas PD.

Papacharissi (2015) aborda a relação sentimentos-tecnologia-política nas PD. Destaca a influência destas *infraestruturas de storytelling* na formação de opiniões públicas, mobilização política e interações sociais. Algoritmos e tecnologias de recomendação modulam o conteúdo que os usuários veem, impactando suas emoções e visões políticas. E introduz o conceito de *públicos afetivos* para descrever pessoas conectadas por plataformas *online* buscando validar/ampliar/desafiar suas próprias emoções, apoio emocional e um senso de pertencimento a uma comunidade.

Como Boler e Davis (2018), acreditamos que o conceito de *públicos afetivos* de Papacharissi se tornaria mais potente se partisse de um enquadramento que pudesse explicar como as emoções são configuradas por meio de processos e contextos relacionais. E propomos a articulação entre *públicos afetivos*, *regras de sentimentos*, *públicos íntimos* e *ação conectiva*.

A noção de *regras de sentimento* se refere às normas e expectativas culturais que moldam e orientam as emoções das pessoas. Segundo Hochschild (1979), as sociedades estabelecem padrões de sentimentos que são socialmente desejáveis, que influenciam como as pessoas devem se sentir e expressar suas emoções, que são aprendidas e internalizadas pelos indivíduos,

tornando-se parte de sua vida emocional.

Se o conceito de públicos afetivos se refere à formação de conexões emocionais em espaços públicos *online*, por outro lado, a noção de público íntimo de Berlant (2008) se refere ao espaço de expressão em que as emoções e as experiências pessoais são compartilhadas e discutidas publicamente. O *público íntimo* é um conceito que destaca como as experiências emocionais privadas se tornam parte do domínio público. Em contraste com o conceito de esfera privada tradicional, o *público íntimo* envolve a divulgação e a negociação de emoções em contextos mais amplos. Berlant destaca a transformação da *esfera privada* e íntima em um domínio público, no qual as emoções e as experiências pessoais são compartilhadas e discutidas por meio das redes sociais, da mídia ou das interações cotidianas em um espaço em que as emoções e as narrativas pessoais são divulgadas, influenciando e sendo influenciadas por fatores sociais e políticos.

A *ação conectiva* é um engajamento social que se baseia na criação de laços emocionais, compartilhamento de experiências e engajamento interpessoal *online* para estabelecer conexões e solidariedade entre os indivíduos. Na intersecção da *ação conectiva* com as *regras de sentimento*, os *públicos íntimos* amplificam a expressão e o compartilhamento emocional em contextos públicos.

Embora possa ser discutível o nível de intensidade dos afetos envolvidos na *ação conectiva*, Deleuze e Guattari (1995) destacam que os afetos não são necessariamente disruptivos ou negativos por natureza e que o modo como são vivenciados depende dos *agenciamentos* em que estamos inseridos. Um agenciamento pode ser tanto criativo e potencializador dos afetos, quanto repressivo, limitando a expressão/circulação deles. Sendo assim, em certos *agenciamentos molares*, afetos tristes não só desencadeiam ações, como se prolongam por meio de emoções como o *medo* e a *raiva*, mobilizando e criando um ambiente de ressentimento/intolerância.

Na Teoria Social brasileira, a relação entre casa-rua/privado-público é abordada de várias maneiras. Autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Roberto DaMatta e Gilberto Velho exploram diferentes aspectos dessa dicotomia. Esses estudos destacam a importância da casa na organização social do Brasil e como ela está associada a valores e comportamentos que vão além das fronteiras público-privado. A casa desempenha um papel fundamental na economia relacional, influenciando as posições e interações sociais dos indivíduos.

Como já indicamos, a nossa hipótese interpretativa, em torno da notória ampliação do engajamento das MNDES, parte do entendimento de que, no caso do Brasil, a difusão das TdC e especialmente dos algoritmos, como agentes ativos nas relações sociais, intensifica e reinventa a relação casa-rua, o que favorece a circulação da mulher no espaço público englobado pela casa – em outras palavras, o espaço público representado pela rua, passa a incluir o espaço simbólico da casa, seus valores culturais e normas sociais. A partir de agora, procederemos à articulação entre as categorias anteriormente apresentadas: ação conectiva, regras de sentimento, público íntimo, públicos afetivos, políticas da identidade, para pensar a reinvenção da relação público-privado na/pela internet.

Em termos de TdC, Pierre Lévy (2003) define o ciberespaço como o espaço de interação e comunicação gerado pela interconexão global de computadores e redes digitais, independentemente de um local físico específico. Já o termo ambiente digital, poderíamos dizer que se diferencia de ciberespaço em dois aspectos: (a) abrange não apenas as conexões digitais, mas também outros elementos relacionados à presença digital, como dispositivos eletrônicos; e (b) algoritmos limitam a inteligência coletiva *online* democrática, emancipatória e colaborativa.

Os ambientes digitais constituem locais de campo *online* relacionados ao tipo de traço digital dos agentes humanos e/ou não humanos que se pretende rastrear, o que torna comum a prática de pesquisas multissituadas em várias platafor-

mas, considerando a convergência entre elas. Em nossa inserção Zapndes, levamos em conta duas questões: ele é parte de um ecossistema midiático mais amplo e, no Brasil, o espaço se entrelaça com a própria ordem social. Portanto, não é possível pensar em um espaço WhatsApp universal, pois a arquitetura da plataforma se materializa/atualiza com o usuário e o universo social que coconstrói.

Ao explorar o Zapndes, percebemos uma novíssima forma de presentificação da relação casa-rua nos termos de DaMatta (1997), na qual a arquitetura digital modula e é modulada, incorporando traços dos espaços sociais físicos, nos quais os modos de navegação cultural da sociedade brasileira continuam se manifestando.

DaMatta (1984, 1997) identifica três esferas no espaço social brasileiro: casa, rua e outro mundo. Na esfera privada, os eventos são "lidos"/interpretados consoante o código da casa e da família – que resiste à mudança e à história, à economia, ao individualismo e ao progresso. Na esfera pública, o que vale é o código da rua – aberto ao legalismo jurídico, ao mercado, à história linear e ao progresso individualista – e o código do outro mundo – centrado na ideia de renúncia do mundo com suas dores – que representa o espaço-síntese casa-rua.

A relação entre os códigos da casa e da rua varia conforme o contexto, impactando a concepção de cidadania, que é relacional. O conceito moderno de cidadania, que valoriza o indivíduo e o individualismo, juntamente com regras universais (Dumont 1986), é relativizado porque as relações desempenham papel fundamental na dinâmica e organização social. Como jamais fomos modernos (Latour 1994), o indivíduo atomizado/autônomo/universal é reinventado em reação às leis do estado colonizador onde a igualdade é meramente formal. A transvalorização desta ordem se dá a partir da dialética indivíduo-pessoa.

No Brasil, o indivíduo é uma entidade singular/racional/autônoma, mas sua individualidade está intrinsecamente ligada à noção de pessoa, que é um ser social, com um lugar definido em relações e hierarquias estabelecidas. Na esfera pública e

política, o indivíduo é considerado cidadão, mas sua condição como pessoa é influenciada por questões como classe/raça/gênero e outras formas de opressão presentes na sociedade brasileira (DaMatta 1984).

A antropologia de DaMatta simplifica a cultura brasileira, mas consideramos elementos relevantes de sua análise sobre as mulheres no trânsito casa-rua para refletir sobre a intersecção entre TdC e emoções nas práticas das ND. Sua abordagem pode ser considerada relacional e, ainda que parta de uma noção de relação distinta dela, tem com a TAR algum nível de contato, especialmente no que toca à posição dos agentes e da relação entre eles como elemento definidor do formato que uma rede pode tomar. Nos termos de redes sociotécnicas, os códigos da casa e da rua, mesmo diferenciados e nenhum deles sendo exclusivo/hegemônico, representam espaços simbólicos dinâmicos, resultantes das práticas de associação de elementos heterogêneos, podendo ser enfatizados ou secundarizados de acordo com a posição do agente.

Alguns insights de DaMatta (1984, 1997) sobre o papel das mulheres na relação casa-rua são instigantes. Ele destaca que as mulheres desenvolvem uma vida interior oculta em espaços íntimos, dentro de um contexto em que são jurídica/politicamente subjugadas. Essa reflexividade feminina resulta em sínteses positivas e surpreendentes, práticas inclusivas e relacionais que transcendem as estruturas tradicionais. Essas sínteses permitem a conexão entre casa/rua/mundo sobrenatural (outro mundo), gerando histórias singulares. A mulher desempenha um papel fundamental na estrutura ideológica brasileira como mediadora entre casa-rua, indivíduo-pessoa. Ela lida com antagonismos, busca conciliar opostos (sagrado/profano, público/privado, razão/emoção). Isso se deve à natureza relacional da sociedade brasileira, onde a inclusão e a mediação são valores fundamentais.

Considerações finais: casa aumentada

Pensando os espaços sociais *casa e rua* nos termos da *ação conectiva*, podemos inferir que

os *ambientes digitais/locais online* não são separados do mundo vivido e, portanto, modulam e são modulados em práticas, representando em muitas ocasiões, para as ND, *espaços públicos englobados pela casa*, onde as relações se dão por meio de preferências, laços de simpatia, lealdades pessoais, complementaridades, compensações e bondades ou maldades! (DaMatta 1997).

O problema da vinculação entre mulher e a casa em DaMatta reside, dentre outras coisas, na essencialização da experiência feminina, além da utilização da noção de *dialética* como recurso para justificar o princípio da *relacionalidade*, que mais reifica binarismos que os resolve. Entretanto, dois *insights* dele parecem produtivos: a ambiguidade criativa e reflexiva das mulheres, que pode se conectar, parcialmente, com as abordagens relacionais de Hochschild e Berlant, e as possibilidades de prolongamentos da casa e o *englobamento* do público.

As PD, suas arquiteturas algorítmicas e computação afetiva (Clough 2007), permitem a formação de *públicos afetivos íntimos*. A noção de "bolha" simplifica muito as experiências vivenciadas por essas audiências, pois as interações nessas redes são influenciadas por algoritmos, mas também são impulsionadas por afetos, incluindo os disruptivos. Nos *públicos afetivos*, especialmente para as mulheres, há espaço para expressar/compartilhar experiências e narrativas emocionais, historicamente consideradas menos legítimas na esfera pública. Esses espaços também se tornam locais de negociação/reflexão sobre as *regras de sentimento*.

Hochschild (1979) define *regras de sentimento* como diretrizes para avaliar a adequação entre sentimentos e situações. Elas estabelecem um espaço em que é permitido "libertar-se de preocupações, culpa ou vergonha em relação aos sentimentos situados". Embora possam anteceder a ação, geralmente são latentes e resistem à codificação formal. Assim como os confessionários no passado, o WhatsApp e outras mídias

sociais podem funcionar como espaços para expressão, reflexão e questionamento das *regras de sentimento*. Historicamente, as *regras de sentimento* foram tensionadas e refletidas em espaços íntimos compartilhados por mulheres, por meio de suportes midiáticos como cartas e diários. A diferença atual é a possibilidade de um compartilhamento *umentado* com o apoio de recursos computacionais.

Este *compartilhamento aumentado*⁵ é possível não apenas por usos criativos das TdC. Ele se estabelece como modelo de negócios, por meio de *públicos íntimos* que operam quando um mercado se abre para um bloco de consumidores, reivindicando a circulação de textos e coisas que expressam os interesses e desejos específicos dessas pessoas (Berlant 2008). O *público íntimo* confere legitimidade a qualidades, formas de ser e vidas inteiras que, de outra forma, seriam insignificantes ou descartadas, criando situações nas quais podem se destacar. Em *públicos afetivos* e *íntimos*, as mulheres podem construir memórias de terem sido afetivamente reconhecidas e consideradas emocionalmente importantes. Os laços afetivos e emocionais criam um espaço no cotidiano, sendo associados a situações sociais específicas, onde ocorre uma combinação de anonimato e reconhecimento local, assim como a conversão do *espaço público e privado*, *público afetivo* e íntimo em um *local* de compartilhamento e diálogo sobre dores/delícias de lidar com certas *regras de sentimento*. Mulheres sentimentais tendem a se envolver na política não como um recurso para viver, mas para transformar um ambiente degradado e considerado ameaçador à felicidade e à justiça. Assim, buscam reformar esse espaço a fim de possibilitar uma vida melhor (Berlant 2008).

A *esfera íntima* pode ser espaço de desconstrução de estereótipos, fazendo circular afetos transformadores. Mas pode também ser percebida como espaço ético devido à sensação de ampla continuidade emocional com um potencial

⁵ Entendemos que a articulação entre a rua e o Zapndes, presentificam um certo modo de existência em "realidade aumentada" que mistura recursos computacionais e materialidades, intensificando relações, permitindo formas peculiares de circulação de afetos e experimentações emocionais.

constante de alívio diante de um mundo duro e frio (Berlant 2008, 6). É neste ponto que identificamos que o imaginário da relação *casa-rua* no Brasil parece ter certa influência nas interações das MNDES em temas políticos.

Nas trocas no Zapndes, assim como as leitoras de *best-sellers* femininos, investigadas por Berlant, em um nicho de mercado voltado para elas, as MNDES, em uma *esfera pública afetiva e íntima* de discussão sobre política, compartilham experiências em um espaço mais ou menos público, aproveitando o poder das emoções para se adaptarem às situações do dia a dia, imaginam condições de prosperidade dentro e além dessa *esfera afetiva e íntima*.

Nas PD, a *amizade* é concebida como *conexão digital* (Bucher 2017), mas no WhatsApp, cuja proposta por *default* é permitir comunicação direta e privada entre usuários, não é pré-definida por algoritmos que selecionam e apresentam conteúdo aos usuários. No WhatsApp, as mensagens são criptografadas de ponta a ponta e o uso é mais focado em conversas e contatos específicos. Pela margem maior de controle do espaço de interação, o Zapndes se assemelha à *casa*. Nele, pode-se manter conexões e intimidade com pessoas *escolhidas* e arriscar *passeios* na *rua* de forma controlada, como fazer parte de certos grupos de pessoas desconhecidas, mas na segurança da concordância em termos de sentimentos e crenças. Funciona como a *sala de visitas* ou *varanda* onde é possível lidar com os *de fora* de forma controlada pelo *algoritmo orgânico* que é a própria economia relacional. Em grupos familiares, de amigos, condomínio, da igreja ou de *patriotas*, a conversa política se dá a partir de experiências e dramas cotidianos, *memes*, nos quais serão *traduzidos* e encarnados os grandes pontos da agenda das ND (rejeição ao *politicamente correto*, à *ideologia de gênero*, defesa de liberdade, família e propriedade). É o *espaço/recurso* de reunião dos *de dentro* com os *de fora* aceitos na *casa*. Já os *infiltrados* equivalem, na lógica amigo-inimigo, aos *de fora* *penetras*

que trazem as incertezas da *rua*, ameaçando o ambiente *comfort*. Na *rua*, pode-se admitir contradições próprias desse espaço. Mas na *casa*, as contradições devem ser banidas (DaMatta 1997), por isso, a mistura do espaço da *rua* com o da *casa* pode causar atritos e os *públicos íntimos*, especialmente os cultivados no/pelo Zapndes, criam uma *camada de proteção*, um *filtro* para a *rua*, de modo que possa ser ocupada de forma *segura*.

Há espaços na *rua* que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua *casa*, ou seu *ponto de encontro*. Do mesmo jeito e proporcionalmente, a *casa* também tem seus espaços "arruados", porque fazem a ponte entre o interior e o exterior – como as janelas, varandas, salas de visitas, cozinhas, entradas de serviço, dependências de empregadas e quintais (DaMatta 1997). O *WhatsApp* e outros *locais online* em muitos momentos são apropriados pelas MNDES, simultaneamente como *rua* "domesticada" e *casa* "arruada". Em momentos específicos, em que a fronteira entre *casa* e *rua* são borradas, a *casa digital* engloba a *rua*.

A *casa digital* é o espaço de *aquecimento* para a ocupação da *rua* física, onde diariamente, mesmo sem conhecer pessoalmente algumas mulheres, desenvolve-se a noção de pertencimento que vai se consolidando a partir das memórias de reconhecimento construídas em trocas diárias e prosaicas onde são consideradas emocionalmente importantes.

As manifestações de rua das mulheres de classe média são mais frequentes aos domingos à tarde. Circulam narrativas em áudios e imagens compartilhadas, mostrando famílias na rua como se estivessem em parques ou praças de alimentação. A rua segura e confortável, limpa e seletiva, é acessada diariamente no Zapndes pelos seus iguais, sem riscos. A manifestação de rua funciona como o *orkontro*,⁶ porque a camada de proteção já foi sedimentada na cumplicidade das trocas afetivas cotidianas nas *esferas íntimas online*. A *rua filtrada (casa digital)* se converte na

⁶ O Orkontro era um antigo evento organizado na comunidade da rede social Orkut (criada em 2004), quando os amigos que se conheceram a partir da plataforma se encontravam de forma presencial, em bares, parques ou shoppings.

casa aumentada que funciona tanto a partir do algoritmo orgânico como do algoritmo de computação afetiva das PD.

Não queremos reafirmar distinções entre *on* e *offline*, pois para as MNDES a vida acontece de modo *online*, sem este tipo de separação, mas nem sempre de forma confortável. Cultivar as trocas na *casa digital* é uma forma de sentir medo e raiva *em rede* e criar as couraças necessárias para ocupar a *rua* física e convertê-la em *casa aumentada*.

A *casa aumentada* e a *casa digital* são espaços que reinventam a rua, revitalizando os festivais promovidos pelo estado durante o regime militar. Atravessar a ponte em família é ao mesmo tempo o passeio no parque, o jogo da seleção brasileira de futebol na copa do mundo e a experiência estética proporcionada pelas *paradas militares*, onde o prazer é controlado e o coletivo sinônimo de família. A *casa aumentada* ocupada por festas cívicas se converte em espaço social com uma ética única, rito que "revitalizam o cosmo e buscam atingir, mobilizar e transformar a própria sociedade nas suas divisões" (DaMatta 1997, 45). Uma ordem social relacional emerge, onde as diferenças são posições hierárquicas e sociais celebradas, em oposição à *politica de identidade* da Esquerda que, para as MNDES, é distorcida, divide os cidadãos de bem, ataca a família e a propriedade, colocando em risco os elementos fundamentais do sistema social e político brasileiro.

Referências

- Ahmed, Sara. 2004. Collective feelings. *Theory, Culture, and Society* 21 (2): 25-42. <https://doi.org/10.1177/0263276404042133>.
- Berlant, Lauren. 2008. *The female complaint*. Durham: Duke University Press.
- Bennett, W. Lance, e Alexandra Segerberg. 2013. *The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Berardi, Franco. 2017. *Futurability: the age of impotence and the horizon of possibility*. New York: Verso Books.
- Bernstein Mary. 1997. Celebration and suppression: the strategic uses of identity by the lesbian and gay movement. *American Journal of Sociology* 103 (3): 531-65. <https://doi.org/10.1086/231250>.
- Biroli, Flávia. 2021. Gênero e política: igualdade de gênero e diversidade sexual na crise da democracia. *Reciis* 15 (3): 736-49. <https://doi.org/10.29397/reciis.v15i3.2447>.
- Boler, Megan e Elizabeth Davis. 2018. The affective politics of the "post-truth" era: feeling rules and networked subjectivity. *Emotion, Space and Society* 27: 75-85. <https://doi.org/10.1016/j.emospa.2018.03.002>.
- Boler, Megan, e Elizabeth Davis. 2020. *Affective politics of digital media*. New York: Routledge.
- Bucher, Tania. 2017. The algorithmic imaginary: exploring the ordinary affects of Facebook algorithms. *Information, Communication & Society* 20 (1): 30-44. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1154086>.
- Caldeira Neto, Odilon. 2020. Neofascismo, Nova República e a ascensão das direitas no Brasil. *Conhecer: debates entre o público e o privado* 10 (24): 120-40. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.2060>.
- Callon, Michel, e John Law. 1987. After the individual in society: lessons on collectivity from science, technology and society. *Canadian Journal of Sociology* (22): 165-82. <https://doi.org/10.2307/3341747>.
- Chaloub, Jorge G. S., Pedro Lima e Fernando Perlatto. 2018. Apresentação: direitas no Brasil contemporâneo. *Teoria e Cultura* 13 (2): 9-21. <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.13988>.
- Carone, Renata R. 2018. A atuação do movimento feminista no Legislativo Federal: caso da Lei Maria da Penha. *Lua nova* 105: 181-216. <https://doi.org/10.1590/0102-181216/105>.
- DaMatta, Roberto. 1997. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DaMatta, Roberto. 1984. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco.
- Dau, Arthur, Márcia P. Palassi, e Marta Z. e Silva. 2019. Consciência política e participação dos representantes da sociedade civil no conselho municipal de assistência social de Vitória-ES. *Cadernos Ebape* 17 (1): 199-211. <https://doi.org/10.1590/1679-395169859>.
- Davis, Richard. 1999. *The web of politics: the Internet's impact on the American political system*. Oxford: Oxford University Press.
- Dietze, Gabrielle, e Julia Roth. 2020. *Right-wing populism and gender: European perspectives and beyond*. New Rockford: Transcript.
- Dumont, Louis. 1986. *Essays on individualism: modern ideology in anthropological perspective*. Chicago: University of Chicago Press.
- Espinosa, Benedictus de. 1983. *Ética*. São Paulo: Abril Cultural.

- Fonseca, Cláudia. 1995. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*, organizado por Ivete Ribeiro e Ana Clara T. Ribeiro, 69-89. São Paulo: Loyola.
- Gohn, Maria da Glória. 2022. *Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis como impactam e por que importam?* Petrópolis: Editora Vozes.
- Gregg, Melissa, e Gregory J. Seigworth. 2010. *the affect theory reader*. Durham: Duke University Press.
- Hochschild, Arlie R. 1979. Emotion work, feeling rules, and social structure. *American Journal of Sociology* 85 (3): 551-75. <https://doi.org/10.1086/227049>.
- Kalil, Isabela O. 2018. Notas sobre 'Os fins da democracia': entografar protestos, manifestações e enfrentamentos políticos. *Ponto Urbe* (22): 1-6. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.3933>.
- Latour, Bruno. 1994. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Latour, Bruno. 2007. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Lavalle, Adrián G., e Euzeneia Carlos. 2022. *Desastre e desgovernança no Rio Doce: atingidos, instituições e ação coletiva*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Lévy, Pierre. 2003. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34.
- Losekann, Cristiana. 2019. Performances coordenadas e experiências compartilhadas na mobilização do direito em conflitos ambientais: a contribuição do pragmatismo de John Dewey. *Plural* 26 (2): 174-99. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2019.165679>.
- Losekann, Cristiana. 2018. Não foi acidente! O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In *Mineração, violências e resistências, um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*, organizado por Andréa Zhouri, 67-110. Marabá: Iguana.
- Lugones, Maria. 2008. Colonialidad y género. *Tabula Rasa* (9): 73-102. <https://doi.org/10.25058/20112742.340>.
- Massumi, Brian. 1995. The autonomy of affect. *Cultural Critique* 31: 83-109. <https://doi.org/10.2307/1354446>.
- Melucci, Alberto. 1996. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mol, Annemarie. 2010. Actor-network theory: sensitive terms and enduring tensions. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie* 50 (1): 253-69.
- Nagle, Angela. 2021. *Kill all normies: online culture wars from 4chan and Tumblr to Trump and the Alt-right*. Connecticut: Tantor Audio.
- Nascimento, Leonardo F., Leticia Cesarino, Paulo Fonseca, Tarssio Barreto, e Vitor Mussa. 2022. Públicos refratados: grupos de extrema-direita brasileiros na plataforma Telegram. *Revista Internet e Sociedade* (3) 1: 31-60.
- Oliveira, Daniela R. de. 2017. As interações entre o movimento feminista e o estado: uma proposta de análise. *Anais do Seminário de Ciências Sociais*. III Seminário de Ciências Sociais -PGCS Ufes. 12 a 14 de novembro de 2018, Ufes, Vitória-ES, Brasil.
- Oliveira, Roberto C. 1995. Antropologia e a crise dos modelos explicativos. *Estudos Avançados* 9: 213-28. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000300017>.
- Orgadi, Shani. 2009. How can researchers make sense of the issues involved in collecting and interpreting online and offline data? In *Internet inquiry conversations about method*, organizado por Annette N. Markham e Nancy Baym, 33-53. Los Angeles: Sage.
- Papacharissi, Zizi. 2015. *Affective publics: sentiment, technology, and politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Pavesi, Patricia P., e Maria Cristina Dadalto. 2019. Ciberespaço e emoções: a digitalização do medo na crise de segurança pública e aquartelamento da Polícia Militar/ES de 2017. *Revista Brasileira de Sociologia* 7 (16): 207-34. <https://doi.org/10.20336/rbs.500>.
- Peirano, Mariza. 1990. *Os antropólogos e suas linhagens*. Brasília: UnB.
- Pereira, Marcus A. 2011. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. *IV Encontro da Compólitica*, UFRJ, Rio de Janeiro de 13-15 abril de 2011.
- Persson, Janaina N. 2021. Os discursos sobre gênero das deputadas ultraconservadoras bolsonaristas. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso* 21 (1): 104-26. <https://doi.org/10.35956/v.21.n1.2021.p.104-126>.
- Risério, Antônio. 2019. *Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Traverso, Enzo. 2019. Do fascismo ao pós-fascismo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas* 13 (2): 12-44. <https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv13n2.2019.26801>.
- Topinka, Robert, Alan Finlayson, e Cassian Osborne-Carey. 2021. The trap of tracking: digital methods, surveillance, and the far right. *Surveillance & Society* 19 (3): 384-88. <https://doi.org/10.24908/ss.v19i3.15018>.
- Tufekci, Zeynep. 2014. Social movements and governments in the digital age: evaluating a complex landscape. *Journal of International Affairs* 68 (1): 1-18.
- Woolley, Samuel e Philip N. Howard, ed. 2018. *Computational propaganda: political parties, politicians, and political manipulation on social media*. Oxford: Oxford University Press.

Patrícia Pavesi

Doutora e mestra em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, RJ, Brasil. Docente no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em Vitória, ES, Brasil.

Júlio Valentim

Mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em Vitória, ES, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.